

CGTP e BE dizem que há muito mais de 50 mil trabalhadores em aflição

O Bloco de Esquerda do Algarve e a União dos Sindicatos do Algarve (USAL) – CGTP-IN asseguraram que há “muito mais de 50 mil trabalhadores e suas famílias em grande aflição em todo o distrito e convergiram na necessidade de defender os direitos de quem trabalha.

Em reunião recentemente realizada, na Sede da USAL, a pedido do Bloco de Esquerda foram evocados os números fornecidos pelo IEFP, e repetidos pelo coordenador da USAL, António Goulart, segundo os quais no fim de abril estavam registados nos pedidos de emprego 26.379 trabalhadores desempregados.

“É provável que no mês de maio tenham sido cerca de 28 mil. Se a isto se juntarem os mais de 20 mil trabalhadores em lay-off e o conjunto dos que se encontram com salários cortados ou em atraso, são muito mais de 50 mil trabalhadores e suas famílias em grande aflição em todo o distrito”, conclui o BE/Algarve, em comunicado no qual relata as conclusões do encontro.

Tudo isto, acrescenta o BE, coloca o Algarve como a região mais atingida pela quebra económica e pelas graves consequências sociais, em todo o País.

No encontro foi chamada a atenção de que já em 2008 a USAL concluía que a região era a mais vulnerável às crises, por estar “exclusivamente

dependente do turismo e do apego dos hoteleiros e outros empresários ao emprego precário sazonal”.

“Daí para cá esta realidade não diminuiu, antes se agravou, vendo-se agora os seus efeitos em grande dimensão, e sendo previsível que, após o verão, ainda se agrave mais”, afirma a nota de Imprensa do BE/Algarve.

Foram referidos alguns casos de abuso patronal “ou de quererem lavar as mãos das suas Responsabilidades”.

“A propósito dos cortes salariais e dos atrasos de pagamento, alguns grandes patrões no Algarve “queixaram-se” que a Segurança Social não estava a pagar aos trabalhadores. Isto quando é aos patrões que sempre coube o pagamento atempado dos salários. À Segurança Social cabe ressarcir as entidades patronais das parcelas que a legislação do lay-off determina que sejam cobertas pelo Estado. Esta queixa é deslocada, sobretudo no caso do grande patronato, ainda por cima quando ficam isentos de pagar a contribuição patronal para a Segurança Social”, concluem as duas entidades, citadas pelo Bloco.

Quanto às condições de segurança sanitária, é dito que muitas empresas não avançaram, desde logo, planos de contingência para os trabalhadores que continuaram a trabalhar nas empresas e nos



serviços.

“Houve até alguns patrões, nomeadamente na Hotelaria, que, no início, desaconselhavam e tentavam evitar que os trabalhadores usassem máscara ‘para não incomodar, nem alarmar os clientes’. A USAL emitiu em meados de março uma nota à C. Social denunciando estas ocorrências. Foi solicitada uma reunião com a Administração Regional de Saúde, para debater o assunto. Essa reunião ainda não se tinha realizado no dia do encontro com o Bloco.

No que se refere à ACT, esta diz que houve um reforço de inspetores, porém, desconhecem-se

as fiscalizações que deveria já ter feito, ou estar a fazer a partir das listas de empresas em lay-off no Algarve, as quais lhe foram remetidas pela Segurança Social.

“A ACT tem sofrido de problemas estruturais desde sempre no Algarve. Agora, a grande maioria do atendimento é informático. Está a tratar dos problemas apenas reativamente, conforme surgem e agora nem isso, pois as queixas aumentaram muito. Deixou de ter iniciativas próprias”, afirma a nota.

UGT exige medidas contra desemprego

A União Geral dos Trabalhadores (UGT) do Algarve pediu hoje ao Governo que implemente com urgência medidas excepcionais para evitar que o desemprego na região, que em maio cresceu mais de 200%, aumente ainda mais após o verão.

Em comunicado, o presidente daquela estrutura sindical defendeu como “prioritário equacionar medidas de

apoio ao emprego” para que “daqui a dois ou três meses”, ao começar a época baixa, o desemprego não assuma dimensões “ainda mais dramáticas”, num contexto de pandemia de covid-19.

“O ideal seria avançar com mais uma medida excepcional para a região que fosse mais abrangente e cumulativa com aquela medida já em vigor”, referiu Daniel Santana, aludindo ao programa FormAlgarve, que apoia as entidades empregadoras que celebrem contratos de, no mínimo, 12 meses com trabalhadores seus cujos contratos terminem entre 01 de setembro e 31 de dezembro.

Segundo o dirigente sindical, o problema da sazonalidade na região agravou-se com a crise pandémica, devido à “economia muito dependente dos fluxos turísticos”, sendo necessário que haja “mais

incentivos às empresas candidatas e com maior duração”.

Para Daniel Santana, o facto de o Algarve ser a região do país mais afetada pelo desemprego nos meses que antecedem o pico do Verão - normalmente os de maior empregabilidade - “faz antever que, após a época balnear, muitos mais postos de trabalho venham a encerrar se não forem, desde já, acauteladas pelo Governo medidas de apoio ao emprego pós-verão”.

Aquele responsável apontou ainda o prolongamento do tempo que impede o despedimento dos trabalhadores que estiveram em ‘lay-off’ até ao final de 2020 como outra das medidas para evitar que “os meses de setembro e outubro se revelem catastróficos para milhares” de trabalhadores.

Segundo dados do boletim mensal do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) divulgados na passada segunda-feira, em maio de 2020 o Algarve foi a região que registou o maior aumento de desempregados inscritos, com um crescimento de 202,4%, em termos homólogos.

O maior aumento do número de desempregados foi registado no setor dos serviços (44,7%), em especial no alojamento, restauração e similares, aumentando 89,3%, segundo o IEFP.

VRSA Órgãos concelhios do PS tomaram posse

Os órgãos concelhios do Partido Socialista de Vila Real de Santo António para o biénio 2020/2022 tomaram posse na semana passada, numa cerimónia que cumpriu as normas de segurança em vigor devido à pandemia de covid-19, segundo o partido.

A tomada de posse contou com a participação do presidente da Federação Algarve, Luís Graça, da presidente da Concelhia e deputada na Assembleia da República, Célia Paz e do candidato às eleições autárquicas de 2021, Álvaro Araújo.

A lista que é encabeçada por Célia Paz, composta por 15 elementos da Comissão Política, elegeu os elementos da mesa e aqueles que integram o secretariado.

Álvaro Araújo, o cabeça de lista do partido à Câmara de Vila Real de Santo António nas próximas autárquicas, viu a sua escolha ratificada, por unanimidade, pela comissão política.

Decorreu também a tomada de posse da lista concelhia das mulheres socialistas, liderada por Vilma Dourado, que “promete fazer frente a todos os desafios que a esperam, juntamente com a equipa que a acompanha neste projeto tão gratificante”, referiu o partido.

Luis Graça discursou no evento e apresentou algumas medidas de recuperação económica que o Governo socialista tem em curso “para incentivar o tecido empresarial algarvio”, além de fazer referência ao combate ao desemprego no Algarve.

A presidente da Concelhia de Vila Real de Santo António, Célia Paz, salientou a vontade de “concretizar o projeto autárquico que existe para o concelho e a necessidade de o pôr em prática”.

Já Álvaro Araújo apresentou algumas ideias que tem para o concelho e lembrou a importância de todos os militantes do partido, referindo-se “aos mais antigos e à experiência que comportam”, apelando ainda à participação da juventude e no regresso da Juventude Socialista em Vila Real de Santo António.



Célia Paz

PS congratula-se com valorização da CCDR Algarve

O PS/Algarve saudou esta semana o afastamento da norma que previa a secundarização das regiões do Algarve e Alentejo face às demais CCDR's do País e a preservação do princípio da igualdade entre aqueles organismos a nível nacional.

Garantindo que o partido sempre se empenhou nesse princípio desde a apresentação da primeira proposta, os socialistas algarvios saudam a aprovação pelo Governo, da nova orgânica das CCDR que permite a eleição dos órgãos dirigentes daqueles organismos pelos autarcas de cada região.

De acordo com aquela medida, são feitas alterações na escolha do presidente e dos vice-presidentes, para “garantir uma maior

representatividade de todos os intervenientes locais e uma melhor administração ao nível regional, reforçando a legitimidade democrática e a transparência ao nível da governação regional”, diz o PS do distrito de Faro.

Em comunicado, o PS/Algarve saúda ainda o compromisso de se proceder “à harmonização das circunscrições territoriais da administração desconcentrada do Estado e à integração nas CCDR dos serviços desconcentrados de natureza territorial, designadamente nas áreas da ambiente, cultura, desporto, educação, juventude, saúde e segurança rodoviária, entre outras”.